



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIV — Nº 045

TERÇA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 1979

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 44, DE 1979 (CN)

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 34, de 1979-CN (n.º 46/79, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.673, de 19 de fevereiro de 1979, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais do Trabalho, e dá outras providências".

Relator: Senador Henrique de La Rocque.

Com a Mensagem n.º 34, de 1979-CN, o Senhor Presidente da República envia para apreciação pelo Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.673, de 19 de fevereiro de 1979, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais do Trabalho, e dá outras providências".

A Mensagem Presidencial se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, esclarecendo que o reajustamento proposto pelo Texto Legal é, apenas, extensão aos servidores da Justiça do Trabalho do aumento de vencimentos, salários e proventos concedido aos servidores civis do Poder Executivo, pelo Decreto-lei n.º 1.660, de 1979.

O Decreto-lei em exame concede reajustamento de 40% (quarenta por cento) nos valores dos vencimentos, salários e proventos do pessoal ativo e inativo, do Quadro Permanente e Suplementar, da Justiça do Trabalho, que passam a ser os constantes dos Anexos II e III do documento e que vige a partir de 1.º de março de 1979.

Considerando que as despesas decorrentes da aplicação do referido Decreto-lei serão atendidas à conta das dotações orçamentárias da União e que o instrumento utilizado respalda-se no art. 55 da Lei Maior, somos pela sua aprovação, nos termos do seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 1979

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.673, de 19 de fevereiro de 1979, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais do Trabalho, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.673, de 19 de fevereiro de 1979, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais do Trabalho, e dá outras providências".

Sala das Comissões, 10 de maio de 1979. — Senador Passos Porto, Presidente — Senador Henrique de La Rocque, Relator — Deputado José Carlos Fagundes — Senador Helvidio Nunes — Deputado Pedro Ivo (com voto em separado) — Senador Vicente Vuolo — Senador Jorge Kalume — Senador Mendes Canale — Senador Moacyr Dalla — Deputado Alvaro Gaudêncio — Senador Jutahy Magalhães — Senador Afonso Camargo.

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO PEDRO IVO

O Decreto-lei só foi conhecido, na história política do País, em momentos de excepcionalidade democrática. Assim sendo, a nós

nos repugna denominar de instituto jurídico tal instrumento, consentâneo com os regimes arbitrários, que visam através dele a coonestar os atos de pura força.

Distinguimos os dois momentos históricos em que o decreto-lei teve assento na vida jurídico-constitucional brasileira:

A Carta de 1937 dispunha:

"Art. 12. O Presidente da República pode ser autorizado pelo Parlamento a expedir decretos-leis mediante as condições e nos limites fixados pelo ato de autorização.

Art. 13. O Presidente da República, nos períodos de recesso do Parlamento ou de dissolução da Câmara dos Deputados, poderá, se o exigirem as necessidades do Estado, expedir decretos-leis sobre as matérias de competência legislativa da União, excetuadas as seguintes:

- a) modificação à Constituição;
- b) legislação eleitoral;
- c) orçamento;
- d) impostos;
- e) instituição de monopólios;
- f) moeda;
- g) empréstimos públicos;
- h) alienação e oneração de bens imóveis da União;

Parágrafo único. Os decretos-leis para serem expedidos dependem de parecer do Conselho da Economia Nacional, nas matérias de sua competência consultiva.

Art. 74. Compete privativamente ao Presidente da República:

- b) expedir decretos-leis, nos termos dos artigos 12 e 13".

A Carta Política de 1967 em seu art. 58, declarava:

"Art. 58. O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não resulte aumento de despesa, poderá expedir decretos com força de lei sobre as seguintes matérias.

I — segurança nacional;

II — finanças públicas.

Parágrafo único. Publicado o texto, que terá vigência imediata, o Congresso Nacional o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias, não podendo emendá-lo; se, nesse prazo, não houver deliberação, o texto será tido como aprovado."

Note-se que esse Código Fundamental foi elaborado por um Congresso mutilado pelas cassações e extraordinariamente convocado para a votação da futura Lei Maior que, como não poderia deixar de ser, estava alheia à realidade política nacional e aos anseios de sua representação popular.

Dois anos depois, a Emenda Constitucional n.º 1 introduzia tantas e tamanhas modificações na Carta de 1967, que sem nenhum favor foi considerada como novo ordenamento:

VERDE
(1)

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400,00
Ano Cr\$ 800,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00

Tiragem: 3.500 exemplares

"Art. 55. O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não haja aumento de despesa, poderá expedir decretos-leis sobre as seguintes matérias:

I — segurança nacional;

II — finanças públicas, inclusive normas tributárias; e

III — criação de cargos públicos e fixação de vencimentos.
§ 1.º Publicado o texto, que terá vigência imediata, o Congresso Nacional o aprovará ou rejeitará, dentro de sessenta dias, não podendo emendá-lo, se, nesse prazo, não houver deliberação o texto será tido por aprovado.

§ 2.º A rejeição do decreto-lei não implicará a nulidade dos atos praticados durante a sua vigência."

... E com esse ato foi definitivamente implantada a usurpação do poder na elaboração das leis, eis que, além de ampliar-se o campo de competência do Poder Executivo, ainda se limitava expressamente os efeitos da não aprovação do editado.

Desde então, a faixa de atuação dos decretos-leis alargou-se e, tornando-se mais e mais espaçosa, comprime e limita a atuação do Poder Legislativo a uma atitude estática, ainda quando não são observados pré-requisitos constitucionais para as respectivas edições pelo Executivo.

O denominado "pacote de abril" alterou pontos capitais da vida política brasileira e chegou a atingir Lei Complementar.

Desde a tripartição dos poderes, cabe ao Congresso Nacional, na qualidade de representante do povo, a elaboração das leis.

Não obstante a unanimidade alcançada nesse entendimento, os decretos-leis, além de ensejarem legislação automática, boa, perfeita e acabada durante recesso do Parlamento, atados ao sistema de "pegar ou largar", não admitem hipóteses de quaisquer alterações em seus textos, mesmo para aperfeiçoar-lhes os efeitos não consentâneos com os interesses do povo brasileiro.

Num Estado democrático a lei tem que ser feita pelos órgãos da representação popular. O fato não se opõe à inegável expansão dos poderes enfiados pelo ramo Executivo, decorrentes de imposição da nossa época e de seu acelerado desenvolvimento tecnológico, bem como não posterga o modelo político que sempre nos orientou.

Desde os primórdios de nossa independência — nenhum de nós desconhece — sempre nos abeberamos no modelo americano, buscando nossa inspiração política nos Constituintes de Filadélfia e lá também, na vida constitucional da nação norte-americana, o instituto de decreto-lei é simplesmente repudiado.

Assim, por extremamente oportuna, lembramos a inesquecível lição sempre atual de Rui Barbosa:

"Que os secretários de Estado do Presidente da União Americana fizessem uma lei, ria-se toda a União desde o golfo do México até o lago Erié, os Ministros, ou talvez o Presidente, iam para um hospital de doidos, e o Senado ou a Câmara dos Representantes, em Washington, podiam, sem grande inconveniente, passar à Ordem do Dia, depois de alguns momentos de grande hilaridade sobre o estado do cérebro dos pobres agentes do Executivo.

Aí está, senhores, como se prefigura o que ocorreria, no país donde trouxemos a nossa Constituição, nos Estados

Unidos, se um Presidente, ensandecendo no seu cargo, se descocasse ao extremo de fazer leis. Uma gargalhada ultrahomérica abalaria o continente, e o mentecapto seria obrigado a internar-se num hospício de alienados.

Que é, pois, o que nos resta, aqui, de um tal sistema, copiado traço a traço por nós, daquela República, se os nossos Presidentes carimbam as suas loucuras com o nome de leis, e o Congresso Nacional, em vez de lhes mandar lavar os passaportes para um hospício de orates, se associa ao despropósito do trasvariado, concordando no delírio, que devia reprimir?"

E ainda:

"Mas, inquire-se, quando o Poder Executivo chega a esse "nee plus ultra" da usurpação, quando o chefe do governo legisla, tem o legislador o direito de lhe perdoar? (Comentários à Constituição coligidos por Homero Pires, II Vol. pág.9.)

Se dermos um rápido giro pelo universo político das Nações, aprenderemos que, mesmo nos países em que se reconhece o instituto do decreto-lei, mesmo aí, a norma consagrada é tolerar-se a sua edição durante o recesso parlamentar. E, esses países, não experimentaram a figura do Ato Institucional a multiplicar-se ao sabor das circunstâncias.

Na Itália, em medida bastante acauteladora, o decreto-lei, singularmente, embora possa ser editado com o Parlamento funcionando, considerar-se-á automaticamente rejeitado, se não for apreciado pelo Legislativo no prazo de sessenta dias.

Mas no Brasil, infelizmente, o decreto-lei tem tido seu campo de atuação como regra, ao invés de ser uma exceção, tal como sugere a peça de Brecht.

A cada modificação da Carta Magna, ou a cada outorga de Ato Institucional, mais se fortalece o instituto do decreto-lei.

Realmente não há como entender-se a concepção cada vez mais volumosa dos decretos-leis, cuja única finalidade parece ser impedir o Parlamento de discutir a matéria sobre a qual se pretende legislar, glorificando o instrumento do monólogo, através da mais viva expressão da antidemocracia.

O art. 51 da Carta Política vigente autoriza o Presidente da República a requerer urgência para projetos de lei "sobre qualquer matéria" e a falta de deliberação pelo Congresso Nacional, a prazo certo, curto e determinado, resulta na aprovação da proposta original.

Assim sendo, o Congresso Nacional, repositário da soberania popular e expressão máxima da vontade do povo, é situado pelo chefe do Poder Executivo em condição humilhante a cada decreto-lei que aprecia, cujo texto não pode ser tocado, na mais consagrada falta de opção e de diálogo.

O Movimento Democrático Brasileiro, em sua luta pela redemocratização do País, assentou em seu programa de Ação no Plano Político, dentre outras, as seguintes diretrizes:

"I — Implantação da normalidade democrática e consequente condenação:

a) de todos os tipos de ditadura;

- b) da institucionalização de regimes de exceção;
- c) do continuísmo.

III — Parlamento permanente e independente, recuperadas as garantias efetivas ao exercício dos mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, cuja perda só poderá ser decretada pelo Poder competente, na forma e nos casos previstos em lei."

Não pode o partido de oposição pactuar com o esbulho ao poder a que pertence. Recusa-se a dar chance de sua participação no referendo submisso à prepotência legislativa do Poder Executivo.

Assim, apresentamos este voto em separado, deixando de participar dos debates desta Comissão Mista, reservando-se a representação emedebista para o debate e votação em Plenário da Câmara.

PARECER Nº 45, DE 1979 (CN)

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 5, de 1979 (CN), que "cria a Auditoria da 12.ª Circunscrição Judiciária Militar e dá outras providências".

Relator: Senador Raimundo Parente

A Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 5, de 1979 (CN), que "cria a Auditoria da 12.ª Circunscrição Judiciária Militar e dá outras providências", aprova o Parecer do Relator, favorável ao Projeto e pela rejeição da emenda apresentada.

Sala das Comissões, 10 de maio de 1979. — Senador Raimundo Parente, Relator — Deputado Nasser de Almeida — Senador Bernardino Viana — Deputado Rafael Faraco — Senador Moacyr Dalla — Deputado Júlio Martins — Deputado Isaac Newton — Senador Jorge Kalume — Senador Gastão Müller — Senador Helvídio Nunes — Deputado Benjamin Farah — Deputado Hélio Campos.

Parecer do Relator: Senador Raimundo Parente

O Senhor Presidente da República envia, nos termos do § 2.º do art. 51 da Lei Maior, para apreciação desta Casa, Projeto de Lei que "cria a Auditoria da 12.ª Circunscrição Judiciária Militar e dá outras providências".

A Mensagem Presidencial se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Justiça, esclarecendo que a Circunscrição, que se quer criar, foi constituída pelo Decreto-lei nº 1.003, de 1969 (Lei da Organização Judiciária Militar), alterada pela Lei nº 6.621, de 1978, abrangendo os Estados do Amazonas e Acre, bem assim os Territórios de Rondônia e Roraima e se ressentente, até o momento, da falta de órgão julgante próprio, uma vez que os processos de sua área são apreciados pela Auditoria da 8.ª Circunscrição Judiciária, localizada em Belém. Pará.

Assim é que a proposição em exame cria a Auditoria da 12.ª Circunscrição Judiciária Militar, com jurisdição sobre os Estados do Amazonas e Acre e Territórios de Rondônia e Roraima, dando-lhe jurisdição cumulativa sobre a Marinha, Exército e Aeronáutica, com sede na cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas.

Compondo o quadro funcional da Auditoria da 12.ª Circunscrição, é criado na Justiça Militar da União, 1 (um) cargo de Auditor; 1 (um) cargo de Auditor Substituto e 1 (um) cargo de Advogado-de-Ofício; e, no Ministério Público da União junto à Justiça Militar, 1 (um) cargo de Procurador de 3.ª Categoria; havendo na Auditoria, para cada um dos cargos de Procurador e de Advogado-de-Ofício, 2 (dois) substitutos, que funcionarão nas férias, faltas ou impedimentos do titular e que perceberão, nesta qualidade, vencimentos equivalentes a eles.

O projeto cria, ainda, no Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar da União, destinados à Auditoria da 12.ª Circunscrição Judiciária Militar, 1 (um) cargo em Comissão de Diretor de Secretaria, Código STM-DAS-101.1 e 17 (dezesete) cargos de Categorias Funcionais, compreendidas nos Grupos-Atividades de Apoio Judiciário, Serviços Auxiliares, Outras Atividades de Nível Médio e Serviços de Transporte Oficial e Portaria, em conformidade com os Anexos do Projeto.

Ao projeto, em tela, foi apresentada 1 (um) emenda de auditoria do ilustre Deputado Jerônimo Santana, acrescentando-lhe 3 (três) artigos.

Na justificativa da Emenda, o ilustre Parlamentar, esclarece que, não obstante os óbices de caráter constitucional à sua Emenda, ela é representativa do abandono e das dificuldades porque passa a justiça do Território de Rondônia.

Considerando que o preenchimento dos cargos criados será feito na forma da legislação em vigor e que as despesas com a execução do proposto serão atendidas à conta das dotações orçamentárias próprias da Justiça Militar ou à outras para este fim destinadas, somos, no âmbito desta Comissão, pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda, por impertinente e inconstitucional.

Sala das Comissões, 10 de maio de 1979. — Deputado Jerônimo Santana, Presidente — Senador Raimundo Parente, Relator — Deputado Nasser de Almeida — Senador Bernardino Viana — Deputado Rafael Faraco — Senador Helvídio Nunes — Deputado Benjamin Farah — Deputado Júlio Martins — Deputado Hélio Campos — Deputado Isaac Newton — Senador Jorge Kalume — Senador Gastão Müller — Senador Moacyr Dalla.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 73ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE MAIO DE 1979

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ADHEMAR GHISI — Perspectivas econômicas do novo tipo de cerâmica lançado recentemente em Tubarão-SC.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Apoio da ARENA à prorrogação das convenções partidárias visando o adiamento futuro das eleições municipais.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 16/79-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.659, de 24 de janeiro de 1979, que fixa o valor do soldo base do cálculo da remuneração dos militares. Aprovado. À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 17/79-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, que extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969. Aprovado. À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 20/79-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.657, de 23 de janeiro de 1979, que altera os limites de que tratam os Decretos-leis nºs 1.358, de 12 de novembro de 1974; 1.431, de 5 de dezembro de 1975; 1.491, de 1º de dezembro de 1976, e 1.596, de 22 de dezembro de 1977. Aprovado. À promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO.

2 — ATA DA 74ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE MAIO DE 1979

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO RAUL BERNARDO — Adoção de providências no sentido de ser incentivado e expandido o transporte de nossa rede ferroviária, face a necessidade de racionalização no uso dos derivados de petróleo.

DEPUTADO AMADEU GEARA — Defesa de medidas do Governo, objetivando a auto-suficiência do País na produção de papel de imprensa.

DEPUTADO MILTON BRANDÃO — Apelo ao Ministro do Interior, em favor de agricultores da bacia leiteira de Piripiri—PI, que tiveram suas terras desapropriadas dentro do Projeto Sertanejo. Construção do açude Joana, entre as cidades de Pedro II e Piripiri.

DEPUTADO ADHEMAR GHISI — Realização da 11ª Semana Sindical e do 10º Encontro Estadual de Trabalhadores, em Rio do Sul—SC.

DEPUTADO WALTER DE PRÁ — Apelo ao Ministro dos Transportes para a pavimentação da BR—381, no norte do Estado do Espírito Santo.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 26/78, que altera a redação do nº IV do art. 99 da Constituição Federal. **Discussão encerrada**, em primeiro turno, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

2.4 — ENCERRAMENTO.

ATA DA 73ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE MAIO DE 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GABRIEL HERMES

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guimard — Evandro Carreira — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Cunha Lima — Humberto Lucena — Marcos Freire — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Dirceu Cardoso — Moacyr Dalla — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Mendes Canale — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — MDB; Amilcar de Queiroz — ARENA; Geraldo Fleming — MDB; Nabor Júnior — MDB; Nossier Almeida — ARENA; Wildy Vianna — ARENA.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Josué de Souza — ARENA; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Ubaldino Meirelles — ARENA; Vivaldo Frota — ARENA.

Pará

Antonio Amaral — ARENA; Brabo de Carvalho — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Lúcia Viveiros — MDB; Manoel Ribeiro — ARENA; Nélcio Lobato — MDB; Osvaldo Melo — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Edison Lobão — ARENA; Epitácio Cafeteira — MDB; Freitas Diniz — MDB; João Alberto — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Nagib Haickel — ARENA; Victor Trovão — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Carlos Augusto — ARENA; Correia Lima — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; Joel Ribeiro — ARENA; Ludgero Raulino — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Adauto Bezerra — ARENA; Antônio Moraes — MDB; Cesário Barreto — ARENA; Claudino Sales — ARENA; Cláudio Philomeno — ARENA; Evandro Ayres de Moura — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Haroldo Sanford — ARENA; Iranildo Pereira — MDB; Leorne Belém — ARENA; Manoel Gonçalves — MDB; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Lustosa — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Carlos Alberto — MDB; Djalma Marinho — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; João Faustino — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Carneiro Arnaud — MDB; Ernani Satyro — ARENA; Joacil Pereira — ARENA; Marcondes Gadelha — MDB; Octacílio Queiroz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Augusto Lucena — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Cristina Tavares — MDB; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; João Carlos de Carli — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; José Carlos Vasconcelos — MDB; José Mendonça Bezerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Nilson Gibson — ARENA; Osvaldo Coelho — ARENA; Pedro Corrêa — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Roberto Freire — MDB; Sérgio Murilo — MDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — ARENA; Antonio Ferreira — ARENA; Divaldo Suruagy — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; Mendonça Neto — MDB; Murilo Mendes — ARENA.

Sergipe

Adroaldo Campos — ARENA; Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Jackson Barreto — MDB; Raymundo Diniz — ARENA; Tertuliano Azevedo — MDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Angelo Magalhães — ARENA; Carlos Sant'Anna — ARENA; Djalma Bessa — ARENA; Elquisson Soares — MDB; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Benjamin — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Henrique Brito — ARENA; Hilderico Oliveira — MDB; Honorato Vianna — ARENA; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; Jorge Vianna — MDB; José Amorim — ARENA; José Penedo — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Marcelo Cordeiro — MDB; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Raimundo Urbano — MDB; Rogério Rego — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Roque Aras — MDB; Ruy Bacelar — ARENA; Stoessel Dourado — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Ubaldo Dantas — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — ARENA; Feu Rosa — ARENA; Luiz Baptista — MDB; Mário Moreira — MDB; Theodorico Ferraço — ARENA; Walter de Prá — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amâncio de Azevedo — MDB; Benjamim Farah — MDB; Célio Borja — ARENA; Celso Peçanha — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Délio dos Santos — MDB; Edison Khair — MDB; Felipe Penna — MDB; Florim Coutinho — MDB; Joel Lima — MDB; Joel Vivas — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Cury — MDB; Jorge Gama — MDB; José Frejat — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Torres — MDB; Lázaro Carvalho — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowel Leite de Castro — MDB; Marcello Cerqueira — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Márcio Macedo — MDB; Miro Teixeira — MDB; Modesto da Silveira — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Paulo Torres — ARENA; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Péricles Gonçalves — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Simão Sessim — ARENA; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Antônio Dias — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Bonifácio de Andrada — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Castejon Branco — ARENA; Christóvam Chiaradia — ARENA; Dário Tavares — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Edilson Lamartine — ARENA; Fued Dib — MDB; Genival Tourinho — MDB; Hélio Garcia — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Cunha — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Hercúlio — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Carlos Fagundes — ARENA; Juarez Batista — MDB; Júnia Marise — MDB; Luiz Leal — MDB; Magalhães Pinto — ARENA; Melo Freire — ARENA; Moacir

Lopes — ARENA; Navarro Vieira Filho — ARENA; Newton Cardoso — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Pimenta da Veiga — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Ronan Tito — MDB; Rosemburgo Romano — MDB; Sérgio Ferrara — MDB; Sílvio Abreu Jr. — MDB; Tarcísio Delgado — MDB; Telêmaco Pompei — ARENA; Vicente Guabiroba — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Airtón Sandoval — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Alberto Goldman — MDB; Antônio Morimoto — ARENA; Antônio Russo — MDB; Athiê Coury — MDB; Audálio Dantas — MDB; Aurélio Peres — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Benedito Marcílio — MDB; Bezerra de Melo — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso Alves — MDB; Cardoso de Almeida — ARENA; Carlos Nelson — MDB; Del Bosco Amaral — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Erasmo Dias — ARENA; Flávio Chaves — MDB; Francisco Leão — MDB; Francisco Rossi — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Glória Junior — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Jayro Maltoni — MDB; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José de Castro Coimbra — MDB; Maluly Netto — ARENA; Mário Hato — MDB; Natal Gale — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Ralph Biasi — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Samir Achoa — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Tidei de Lima — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Valter Garcia — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Anísio de Souza — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genésio de Barros — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jamel Cecílio — ARENA; José de Assis — ARENA; José Freire — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Afro Stefanini — ARENA; Bento Lobo — ARENA; Carlos Bezerra — MDB; Cristino Cortes — ARENA; Gilson de Barros — MDB; Júlio Campos — ARENA; Louremberg Nunes Rocha — ARENA; Milton Figueiredo — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; Leite Schmidt — ARENA; Levy Dias — ARENA; Rubem Figueiró — ARENA; Ubaldo Bares — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adolpho Franco — ARENA; Adriano Valente — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Amadeu Geara — MDB; Antonio Annibelli — MDB; Antonio Mazurek — ARENA; Antonio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Borges da Silveira — ARENA; Ernesto Dall'Oglio — MDB; Euclides Scalco — MDB; Heitor Alencar Furtado — MDB; Hélio Duque — MDB; Hermes Macedo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; Lúcio Cioni — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Maurício Fruct — MDB; Nivaldo Kruger — MDB; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Macedo — MDB; Paulo Marques — MDB; Paulo Pimentel — ARENA; Pedro Sampaio — ARENA; Roberto Galvani — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Vilela de Magalhães — ARENA; Walber Guimarães — MDB; Waldir Belinati — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Arnaldo Schmitt — ARENA; Artenir Werner — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Evaldo Amaral — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Juarez Furtado — MDB; Luís Cechinel — MDB; Mendes de Melo — MDB; Nelson Morro — ARENA; Pedro Collin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Victor Fontana — ARENA; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alcebiades de Oliveira — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Cardoso Fregapani — MDB; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Eloar Guazzelli — MDB; Eloy Lenzi — MDB; Emídio Perondi — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Hugo Mardini — ARENA; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; Júlio Costamilan — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Pedro Germano — ARENA; Telmo José Kirst — ARENA; Waldir Walter — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB; Paulo Guerra — ARENA.

Rondônia

Isaac Newton — ARENA; Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA; Júlio Martins — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — As listas de presença acusam o comparecimento de 41 Srs. Senadores e 390 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar Ghisi.

O SR. ADHEMAR GHISI (ARENA — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Com o maior entusiasmo, vimos registrar neste Plenário o lançamento, em Tubarão—SC, de um novo tipo de cerâmica, o Kaleidolit, com estruturação e motivos que a natureza produziu há milhões de anos nas furnas européias e em outras sedimentações calcárias do nosso planeta.

O novo produto, procedente de tecnologia alemã, com patente concedida para a América Latina, com exceção da Venezuela, presta-se à produção de revestimentos para paredes, piscinas, além de estatuetas, quadros e lajotas coloridas para o embelezamento de jardins e praças públicas. O material é de grande beleza visual e altamente resistente, podendo mesmo ser considerado uma verdadeira obra de artesanato.

Todavia, fabricado em proporções industriais, teve seu lançamento feito na concorrida UD — Feira de Utilidades Domésticas no Anhembi, em São Paulo, no dia 27 do mês passado. O sucesso está sendo tão grande que a REFRAZA — Refratários Zandavalle S.A., iniciando sua produção em março, já tem encomendada uma grande partida dos produtos Kaleidolit para a Argentina, cuja exportação sairá nesses dias. É até provável que a fábrica duplique sua capacidade produtiva no decorrer deste ano, somente em termos de mercado nacional. Para o Município de Tubarão, o empreendimento e as perspectivas que desde já apresenta têm o maior significado, em virtude da absorção de mão-de-obra e dos impostos que entrarão para os cofres públicos, além do orgulho de ser fabricante de uma verdadeira preciosidade em termos de cerâmica.

O mais importante do processo de fabricação do Kaleidolit é, talvez, o fato de ser feito a frio, dispensando a utilização de combustível e minimizando substancialmente o consumo de energia elétrica, numa época em que se tenta desesperadamente reduzir o consumo de combustíveis no País.

A REFRAZA está em contato com empresários argentinos, visando à construção de uma filial, ou o sublicenciamento naquele país, e recebeu correspondência da Alemanha indicando outros países interessados na fabricação do Kaleidolit, como o Paraguai, Equador, Colômbia e México, o que coloca o Brasil em posição de liderança no fabrico da nova e bonita cerâmica, em toda a América Latina.

Queremos, pois, aproveitar a oportunidade de anunciar o surgimento dessa nova indústria em Santa Catarina, para parabenizar a sua Diretoria, nas pessoas do Sr. Leocides Zandavalle, Presidente, do Diretor-Financeiro, Sr. Michel Mussi, e do Diretor-Administrativo, Sr. Edson Damiani, pela arrojada iniciativa que tiveram, e desejar à REFRAZA o maior sucesso com o Kaleidolit, uma preciosidade do passado para o futuro.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Continua o País a viver clima de indefinição produzido por um Governo que, não tendo o respaldo popular, se preocupa em evitar sempre a manifestação popular legítima nas urnas, com liberdade para o voto popular.

Atualmente, no País, por solicitação do Partido oficial e por esse Partido temer as eleições para os cargos de Prefeito, está em estudo, pela Presidência da República, — Presidência da República que é um tutor do Partido Oficial — a prorrogação das convenções partidárias marcadas para este ano e com o posterior caso de prorrogação dos mandatos dos Prefeitos e Vereadores.

A medida, pela sua índole antidemocrática, demonstra que as promessas de reabertura política desse Governo não passam de uma farsa, na tentativa de engodar a opinião pública, com o objetivo único e exclusivamente de buscar massa de manobra para o Partido Oficial. De todos os recantos do País os democratas protestam contra a medida antidemocrática desse Governo que tem embasamento político na ARENA que está pedindo ao Governo a prorrogação dos mandatos.

Esta Casa vai receber, brevemente, projeto de lei oriundo do Senado Federal que prorroga as convenções partidárias que seria o embrião para a prorrogação dos mandatos de Prefeitos e Vereadores.

Recebi correspondência do Rio Grande do Sul, do Vereador Neri Dias de Souza, da cidade de Esteio, protestando energicamente contra esta medida arbitrária e antidemocrática que fere a índole do povo brasileiro e que posterga, para ninguém sabe quando, a manifestação popular nas urnas para a eleição de Prefeitos e Vereadores.

Ora, o que acontece no País, no momento atual, é que o Governo tem medo do povo como o diabo da cruz; o Governo detesta a manifestação popular, não a respeita, porque sempre que o povo se manifestou contra o Governo nas eleições, ocorreram cassações de mandatos, ocorreram nomeações de Prefeitos para áreas de segurança, e o povo, por se manifestar contra o Governo e contra a política governamental, teve cassado o seu direito de eleger Governador, Vice-Governador e um Senador da República.

As promessas de reabertura política se apresentam como uma farsa de um Governo que, pela incompetência dos que o dirigem, não tem condições de atender as necessidades do povo brasileiro. Tem se dito que o Partido Oficial está pedindo à Oposição soluções, mas quem está no Governo e que não tem soluções para apresentar tem que entregar o Governo, mesmo porque os atuais governantes são

ilegítimos, não receberam a manifestação do povo para dirigir o País: dirigem pela força, pelo arbítrio de que este Governo está imbuído e do qual é originário. Não se pode imaginar a prorrogação das eleições para os diretórios municipais a não ser dentro de um esquema terrível para evitar as eleições em 1980. Ninguém acredita nas promessas do Partido Oficial, na sua decantada nova tentativa democrática, prometendo eleições diretas para Governador, Vice-Governador e Prefeitos nas capitais, em 1982.

O que tem se feito desde a Revolução é que se promete e não se cumpre, se promete e não se atende aos objetivos das promessas. Os Presidentes anteriores, Emilio Médici, Costa e Silva, Ernesto Geisel, todos prometeram, mas na hora de cumprir a redemocratização, na hora de o povo poder ir às urnas para votar, sempre encontravam motivos inadiáveis para evitar a mudança na estrutura de poder.

O que o Governo não quer, para atender aos interesses da ARENA, é que o povo julgue esses Governos, o que o Governo não quer é a mudança na estrutura de Governo, porque a ARENA, sem os Governos dos Estados, sem a Presidência da República e os Ministérios com as benesses e com a tentativa de influir nos pleitos estará, inevitavelmente, derrotada e um Partido sem nenhuma sustentação.

O que está ocorrendo no Brasil é que não se quer mudar a estrutura de poder, porque ela está alicerçada na pressão na opressão, na utilização do capital em benefício do capital e contra os brasileiros, contra os trabalhadores, contra aqueles que vivem de salários.

A ARENA, hoje, além de ser gendarme do capital passou a ser também gendarme da antidemocracia, gendarme dos torturadores, defensora intransigente de todos os interesses que não são os do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Não há mais oradores inscritos para breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste Plenário, destinada à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 1978, que altera a redação do nº IV do artigo 99 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Passa-se à

ÓRDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1979-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 15, de 1979-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.659, de 24 de janeiro de 1979, que fixa o valor do soldo base do cálculo da remuneração dos militares.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1979-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 16, de 1979-CN, com voto em separado dos Senhores Deputados Sebastião Rodrigues e Hélio Duque), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.658, de 24 de janeiro de 1979, que extingue o estímulo fiscal de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1979-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 23, de 1979-CN, com voto em separado do Senhor Senador Adalberto Sena e do Deputado Marcelo Cordeiro), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.657, de 23 de janeiro de 1979, que altera os limites de que tratam os Decretos-leis nºs. 1.358, de 12 de novembro de 1974; 1.431, de 5 de dezembro de 1975; 1.491, de 1º de dezembro de 1976, e 1.596, de 22 de dezembro de 1977.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Decretos Legislativos que vêm de ser aprovados pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final, nos termos regimentais, vão à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Hermes) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 19 minutos.)

ATA DA 74ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE MAIO DE 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. NILO COELHO

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guimard — Evandro Carreira — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Cunha

Lima — Humberto Lucena — Marcos Freire — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Dirceu Cardoso — Moacyr Dalla — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — Mendes Canale — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:**Acre**

Aluizio Bezerra — MDB; Amílcar de Queiróz — ARENA; Geraldo Fleming — MDB; Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Wildy Vianna — ARENA.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Josué de Souza — ARENA; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Ubaldino Meirelles — ARENA; Vivaldo Frota — ARENA.

Pará

Antonio Amaral — ARENA; Brabo de Carvalho — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Lúcia Viveiros — MDB; Manoel Ribeiro — ARENA; Nélio Lobato — MDB; Osvaldo Melo — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Edison Lobão — ARENA; Epitácio Cafeteira — MDB; Freitas Diniz — MDB; João Alberto — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Nagib Haickel — ARENA; Victor Trovão — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Carlos Augusto — ARENA; Correia Lima — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; Joel Ribeiro — ARENA; Ludgero Raulino — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Adauto Bezerra — ARENA; Antônio Moraes — MDB; Cesário Barreto — ARENA; Claudino Sales — ARENA; Cláudio Philomeno — ARENA; Evandro Ayres de Moura — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Haroldo Sanford — ARENA; Iranildo Pereira — MDB; Leorne Belém — ARENA; Manoel Gonçalves — MDB; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Lustosa — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Carlos Alberto — MDB; Djalma Marinho — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; João Faustino — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Carneiro Arnaud — MDB; Ernani Satyro — ARENA; Joacil Pereira — ARENA; Marcondes Gadelha — MDB; Octacílio Queiróz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Augusto Lucena — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Cristina Tavares — MDB; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; João Carlos de Carli — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; José Carlos Vasconcelos — MDB; José Mendonça Bezerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Nilson Gibson — ARENA; Osvaldo Coelho — ARENA; Pedro Corrêa — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Roberto Freire — MDB; Sérgio Murilo — MDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — ARENA; Antonio Ferreira — ARENA; Divaldo Suruagy — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; Mendonça Neto — MDB; Murilo Mendes — ARENA.

Sergipe

Adroaldo Campos — ARENA; Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Jackson Barreto — MDB; Raymond Diniz — ARENA; Tertuliano Azevedo — MDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Angelo Magalhães — ARENA; Carlos Sant'Anna — ARENA; Djalma Bessa — ARENA; Elquisson Soares — MDB; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Benjamin — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Henrique Brito — ARENA; Hilderico Oliveira — MDB; Honorato Vianna — ARENA; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; Jorge Vianna — MDB; José Amorim — ARENA; José Penedo — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Marcelo Cordeiro — MDB; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Raimundo Urbano — MDB; Rogério Rego — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Roque Aras — MDB; Ruy Bacelar — ARENA; Stoessel Dourado — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Ubaldo Dantas — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — ARENA; Feu Rosa — ARENA; Luiz Baptista — MDB; Mário Moreira — MDB; Theodorico Ferraço — ARENA; Walter de Prá — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amâncio de Azevedo — MDB; Benjamim Farah — MDB; Célio Borja — ARENA; Celso Peçanha — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Dasso Coimbra — ARENA; Délio dos Santos — MDB; Edison Khair — MDB; Felipe Penna — MDB; Florim Coutinho — MDB; Joel Lima — MDB; Joel Vivas — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Cury — MDB; Jorge Gama — MDB; José Frejat — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Torres — MDB; Lázaro Carvalho — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowel Leite de Castro — MDB; Marcello Cerqueira — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Márcio Macedo — MDB; Miro Teixeira — MDB; Modesto da Silveira — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Paulo Torres — ARENA; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Péricles Gonçalves — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Simão Sessim — ARENA; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Antônio Dias — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Bonifácio de Andrada — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Castejon Branco — ARENA; Christóvam Chiaradia — ARENA; Dário Tavares — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Edilson Lamartine — ARENA; Fued Dib — MDB; Genival Tourinho — MDB; Hélio Garcia — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Cunha — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Herculino — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Carlos Fagundes — ARENA; Juarez Batista — MDB; Júnia Marise — MDB; Luiz Leal — MDB; Magalhães Pinto — ARENA; Melo Freire — ARENA; Moacir

Lopes — ARENA; Navarro Vieira Filho — ARENA; Newton Cardoso — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Pimenta da Veiga — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Ronan Tito — MDB; Rosemburgo Romano — MDB; Sérgio Ferrara — MDB; Sílvio Abreu Jr. — MDB; Tarcisio Delgado — MDB; Telêmaco Pompei — ARENA; Vicente Guabiroba — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Alberto Goldman — MDB; Antônio Morimoto — ARENA; Antônio Russo — MDB; Athiê Coury — MDB; Audálio Dantas — MDB; Aurélio Peres — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Benedito Marcílio — MDB; Bezerra de Melo — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso Alves — MDB; Cardoso de Almeida — ARENA; Carlos Nelson — MDB; Del Bosco Amaral — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Erasmo Dias — ARENA; Flávio Chaves — MDB; Francisco Leão — MDB; Francisco Rossi — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Gióia Junior — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Jayro Maltoni — MDB; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José de Castro Coimbra — MDB; Maluly Netto — ARENA; Mário Hato — MDB; Nataí Gale — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Ralph Biasi — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Samir Achoa — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Tidei de Lima — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Valter Garcia — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Anísio de Souza — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genésio de Barros — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jamel Cecílio — ARENA; José de Assis — ARENA; José Freire — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Afro Stefanini — ARENA; Bento Lobo — ARENA; Carlos Bezerra — MDB; Cristino Cortes — ARENA; Gilson de Barros — MDB; Júlio Campos — ARENA; Louremberg Nunes Rocha — ARENA; Milton Figueiredo — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; Leite Schimidt — ARENA; Levy Dias — ARENA; Rubem Figueiró — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adolpho Franco — ARENA; Adriano Valente — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Amadeu Geara — MDB; Antonio Annibelli — MDB; Antonio Mazurek — ARENA; Antonio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Borges da Silveira — ARENA; Ernesto Dall'Oglio — MDB; Euclides Scalco — MDB; Heitor Alencar Furtado — MDB; Hélio Duque — MDB; Hermes Macedo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; Lúcio Cioni — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Maurício Fruet — MDB; Nivaldo Kruger — MDB; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Macedo — MDB; Paulo Marques — MDB; Paulo Pimentel — ARENA; Pedro Sampaio — ARENA; Roberto Galvani — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Vilela de Magalhães — ARENA; Walber Guimarães — MDB; Waldmir Belinati — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Arnaldo Schmitt — ARENA; Artenir Werner — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Evaldo Amaral — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Juarez Furtado — MDB; Luís Cechinel — MDB; Mendes de Melo — MDB; Nelson Morro — ARENA; Pedro Collin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Victor Fontana — ARENA; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alcebiades de Oliveira — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Cardoso Fregapani — MDB; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Eloar Guazzelli — MDB; Eloy Lenzi — MDB; Emídio Perondi — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Hugo Mardini — ARENA; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque — MDB; Júlio Costamilan — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Pedro Germano — ARENA; Telmo José Kirst — ARENA; Waldir Walter — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB; Paulo Guerra — ARENA.

Rondônia

Isaac Newton — ARENA; Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA; Júlio Martins — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 41 Srs. Senadores e 390 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Júlio Martins. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo.

O SR. RAUL BERNARDO (ARENA — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A crise do petróleo levou a Administração Federal à adoção de várias medidas com vistas à racionalização do uso de seus derivados, em especial da gasolina e do óleo combustível, e à utilização de novas fontes de energia, sendo uma das diretrizes do novo Governo "associar a operacionalidade dos transportes à política energética", do que resulta a necessidade de integração maior entre os vários sistemas de execução desses serviços.

O Sr. Ministro dos Transportes anunciou a disposição de dedicar-se inteiramente ao desenvolvimento das ferrovias e afirmou que o transporte de grandes volumes de cargas a grandes distâncias, por caminho, é uma anomalia.

Nesse contexto, merece ser examinado o problema do carregamento de veículos novos, das fábricas para os revendedores espalhados por todo o território nacional.

Embora não se disponha de cálculos precisos, a opção rododotferroviária certamente propiciará apreciável redução de consumo de combustíveis e, conseqüentemente, economia de divisas para o País.

Além disso, há outras vantagens a destacar, como o descongestionamento das rodovias, maior rapidez e segurança na movimentação desses bens.

Apenas uma empresa faz uso das ferrovias no transporte de automóveis novos, entre São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, embora o aumento da oferta na prestação de seus serviços seja

solicitado tanto pelas autoridades como pelos fabricantes. A expansão requerida, contudo, demanda, quanto à empresa, vultosos investimentos, principalmente para a aquisição de vagões.

O incremento dessa atividade tem como maior empecilho a inexistência de adequado anel ferroviário na região do ABC paulista, onde está situado o maior parque industrial automobilístico do País, e que implica a primeira dependência ao caminhão, exceto quanto a uma das fábricas, localizada em São José dos Campos, que dispõe de um ramal ferroviário.

Por inserir-se nas diretrizes governamentais e nas prioridades anunciadas pelo Ministério dos Transportes, esse sistema integrado deveria merecer especial atenção, providenciando-se, desde logo, a infra-estrutura necessária, como a construção de anéis e ramais ferroviários, e o financiamento da aquisição de quantidade suficiente de vagões.

A prática demonstrou o êxito dessa modalidade de transporte conjugado, que resultou da participação da Rede Ferroviária Federal S.A., no capital da TRANSAUTO, no ano de 1971. De 5.348 unidades transportadas em 1972, evoluiu-se para 50.685 em 1978.

Diante da necessidade de racionalização no uso dos derivados de petróleo, das vantagens que o processo rododotferroviário propicia, da bem sucedida experiência de associação de capitais públicos e privados, do barateamento do preço do frete, sugiro que as autoridades responsáveis pelo setor desenvolvam estudos e adotem providências no sentido de incentivar e expandir o transporte de veículos novos com a utilização de nossa rede de ferrovias.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Amadeu Gears.

O SR. AMADEU GEARS (MDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O papel para a imprensa é uma das rubricas da nossa pauta de exportações, que sacrificam o orçamento cambial brasileiro.

Houve um tempo em que essa importação, como a do trigo e do petróleo, era subsidiada, mas, tão fortemente começou a pesar, o papel de imprensa, em nosso balanço de pagamentos, que, há mais de um decênio, o Governo resolveu retirar-lhe o subsídio.

O preço médio da tonelada — segundo dados referentes ao ano passado — é de quatrocentos dólares, enquanto o consumo nacional cresce anualmente e não se providencia o encorajamento da indústria nacional, para substituir essa importação.

Enquanto isso, temos centenas de fábricas de pasta de papel e papelão, o que nos dá a condição de exportadores com excelentes perspectivas, uma vez que o Brasil é, atualmente, o maior depositário de celulose de todo o mundo.

Dados divulgados, informam que a procura brasileira de papéis para jornal, em 1979, tende a crescer de seis a oito por cento, sobre o ano anterior, enquanto foi de apenas quatro por cento a média de aumento anual nos últimos dez anos.

Teríamos, assim, uma importação provável de 207 mil toneladas, desde que a demanda será de 317 mil toneladas e a produção interna não passará de 120 mil toneladas. Logo, o nosso dispêndio será, se mantido o custo médio de 400 dólares, de cerca de um milhão de dólares.

Por outro lado, a Jari Florestal e Agropecuária obtém consentimento para exportar o papel de imprensa que irá produzir. Na segunda semana de março, o ex-Ministro Calmon de Sá afirmava que aquele grupo iria colocar uma "pequena parcela" da sua produção de celulose de fibra curta no mercado interno, ao mesmo tempo em que exportaria toda a sua produção de papel de imprensa.

O contrato entre a Jari e a Comissão Executiva do Programa de Benefícios Fiscais à Exportação — BEFIEX, obriga a Jari a exportar, no prazo de dez anos, 616 milhões de dólares em celulose, madeira ou arroz.

O ex-Ministro confirmou também que a empresa tem o compromisso de exportar a produção de papel de imprensa, dentro do programa estabelecido pelo Governo, que concedeu incentivos para a importação de equipamentos, da ordem de 350 milhões de dólares.

Em resumo: a Jari, incentivada pelo Governo, se obriga a exportar o papel de imprensa, que o País importa, 50% das suas necessidades, e tem a liberalidade para colocar no mercado interno os outros dois produtos, principalmente a celulose, que empresas nacionais fabricam para o consumo interno e exportação.

É alarmante o fato do Governo incentivar concorrência desleal às indústrias nacionais e manter sigilo sobre os projetos que envolvem a Jari, como se o Brasil fosse uma republiqueta qualquer, onde uma empresa multinacional faz o que bem entende, como bem o disse um empresário.

A iniciativa privada está se colocando, agora, em posição de substituir essa importação; o projeto do ParanaPrint, que absorverá investimentos de 180 milhões de dólares, foi aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial. A empresa, que deverá se estabelecer no Estado do Paraná, terá capacidade de 110 a 120 mil toneladas por ano, ou seja, cerca de 50% da importação atual, com uma economia anual de um milhão de dólares, a partir de 1982.

Resta-nos a esperança que os tentáculos das empresas multinacionais, não atinjam também a ParanaPrint, da mesma forma que ficamos com a certeza de que as Comissões e Subcomissões já criadas no Senado e na Câmara desnudem todas as verdadeiras negociações da Jari, bem como os malefícios que advirão ao povo, ao Governo e ao empresariado nacional.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Brandão.

O SR. MILTON BRANDÃO (ARENA — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Passamos esse fim de semana no Piauí, em nossa região. Estivemos em Piri-piri e, lá, ouvimos todas as classes, a dos agricultores, principalmente, e a reclamação unânime era em relação ao Projeto Sertanejo. Aliás, desta tribuna, já havíamos nos dirigido a respeito deste assunto e transmitido um apelo ao Ministro Mário Andreazza. Acontece que o Projeto Sertanejo, depois de se arrastar lentamente, demoradamente, e até fazer as populações rurais perderem em relação a ele a esperança, iniciou fazendo uma desapropriação das terras de pequenos agricultores. Essas propriedades representam justamente a base leiteira daquele município, a área de agricultura que fornece justamente a principal produção à população da cidade de Piri-piri. De modo que o apelo foi unânime, no sentido que nós diligenciássemos, nesta Casa, e transmitíssemos o apelo daquela população para que o Projeto Sertanejo suspendesse essas desapropriações, tão prejudiciais aos interesses daquele município.

Entendemos, Sr. Presidente, que o Projeto Sertanejo veio para beneficiar os pequenos agricultores e não prejudicá-los. De modo que havíamos transmitido anteriormente um apelo ao Ministro Mário Andreazza e aos dirigentes do Projeto Sertanejo, no sentido de que providenciassem a construção do Açude Joana, dentro do raio de ação daquele Projeto, entre os Municípios de Pedro Segundo e Piri-piri. São 56 milhões de m³ de água que fortalecerá o Açude Caldeirão, que hoje atende não somente à irrigação daquele Projeto como também fornece água à população de Piri-piri. Muitos técnicos afirmam que o reservatório de água de Caldeirão não é suficiente para abastecer a cidade de Piri-piri e irrigar as terras do Projeto Sertanejo, de modo que se impõe o quanto antes a construção daquele outro açude, que foi um projeto nosso do passado, com verbas, com dotações no orçamento da República. Vale a pena reconstituir aquele projeto e iniciá-lo por meio do Projeto Sertanejo, uma vez que aquela área está situada dentro do Projeto e garantirá o seu êxito.

Sr. Presidente, fica, nesta tarde, mais um apelo ao Ministro Mário Andreazza, na certeza de que S. Ex^a, como sempre o fez, no passado, tomará as devidas providências em favor daquelas populações rurais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar Ghisi.

O SR. ADHEMAR GHISI (ARENA — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Um acontecimento que marcou os últimos dias do mês de abril próximo passado, no Estado de Santa Catarina, foi a realização da Décima Primeira Semana Sindical e do Décimo Encontro Estadual de Trabalhadores, na Cidade de Rio do Sul.

É com a maior satisfação que venho à Tribuna para assinalar o êxito desse encontro da classe trabalhadora catarinense, que conseguiu reunir o expressivo número de 120 entidades sindicais de trabalhadores do campo, 46 entidades patronais rurais e 140 entidades representativas dos trabalhadores urbanos, assinalando-se a presença de um total superior a 800 trabalhadores.

O brilho do certame foi realçado no seu encerramento, com a presença do Governador Jorge Konder Bornhausen, além de terem comparecido altas autoridades federais, estaduais e municipais. Na ocasião, foi entregue ao Governador do Estado a "Carta de Rio do Sul", documento que contém os resultados dos debates dos trabalhadores sobre a sua situação.

O Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Santa Catarina, Sr. Adolfo Freygang, no discurso de encerramento, agradeceu as facilidades proporcionadas pelas autoridades para a realização daquele Encontro de Trabalhadores.

Numa prova inequívoca do bom relacionamento entre Governo e trabalhadores, o líder sindical agradeceu também o atendimento, pelo Governo estadual, de reivindicações feitas pelas Federações Profissionais, ao recriar a Secretaria do Trabalho e buscar assessoramento entre representantes sindicais indicados pelas próprias Federações de Trabalhadores.

Na oportunidade, o líder sindical enfatizou ainda a liberdade desfrutada para escolha dos conferencistas e dos temas, assim como a oportunidade de trazer ao local do certame, por conta do Governo estadual, todos os dirigentes sindicais.

Sr. Presidente, o documento que leva o nome de "Carta de Rio do Sul" espelha o amadurecimento da classe trabalhadora de Santa Catarina, que ali foi representada por sua autêntica liderança sindical.

É evidente que o documento contém reivindicações, pois todos sabemos que a situação de vida da classe trabalhadora no Brasil está longe de corresponder ao seu esforço e abnegação despendidos em prol do progresso e do desenvolvimento do País.

Assim é que os trabalhadores manifestam expectativas relacionadas com uma melhor distribuição da renda, liberdade sindical, estabilidade no emprego, higiene e segurança no trabalho, facilidade para aquisição de casa própria, garantia de preços mínimos para os produtos da lavoura, além de outras, de estrito e legítimo interesse do trabalhador do campo ou da cidade.

Mas, o documento deixa transparecer também a preocupação da classe laboriosa com problemas de âmbito nacional, que transcendem o interesse imediato do trabalhador para inscrever-se na linha das preocupações que afetam a Nação como um todo.

Efetivamente, a "Carta de Rio do Sul" chama a atenção das autoridades para a necessidade de uma política que procure fixar o homem à terra, de modo a evitar-se o êxodo rural; aponta a necessidade de combate à poluição, em todas as suas manifestações; insiste nas medidas de preservação da natureza e advoga uma revisão na política de reflorestamento, com substituição das matas homogêneas por matas diversificadas e naturais.

O alcance desses problemas, que afligem o mundo moderno, por si mesmo já seria bastante para mostrar o alto grau de participação da classe trabalhadora do meu Estado em todos os aspectos da realidade nacional.

Sr. Presidente, cumpre reconhecer que o Governo estadual, na medida do possível, vem desenvolvendo uma política de atendimento aos anseios da classe trabalhadora, fato reconhecido no próprio documento. Explica-se, desta forma, o excelente relacionamento entre Governo e trabalhadores que existe atualmente no Estado de Santa Catarina.

Ao final deste pronunciamento, quero parabenizar os trabalhadores do meu Estado, pela grande significação da Décima Primeira Semana Sindical e do Décimo Encontro Estadual de Trabalhadores de Santa Catarina no panorama sindical brasileiro contemporâneo.

Congressos dessa natureza só podem contribuir para robustecer a união da classe trabalhadora, que tem muito a oferecer na solução democrática dos problemas nacionais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Walter de Prá.

O SR. WALTER DE PRÁ (ARENA — ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, faremos, neste instante, um apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, o Sr. Eliseu Resende, que virá a esta Casa, no próximo dia 16, para aqui, na Comissão de Transportes, dizer das prioridades do planejamento e execução de obras do seu Ministério. Mas, uma obra não poderá deixar de constar de sua relação de prioridades — é a BR—381, que liga os municípios de São Mateus, Nova Venécia, Barra de São Francisco, Mantena, Governador Valadares, até Belo Horizonte — por vários motivos.

O primeiro, é no sentido de dar vazão e alimentar o cais de Capoaba, como um dos terminais dos corredores de exportação.

O segundo motivo é de dar um sentido de integração, principalmente no que se refere à distribuição de petróleo, de vez que o município de São Mateus é o maior produtor de petróleo do nosso Estado, com reservas fantásticas, ainda a serem exploradas.

E, o terceiro motivo é a exploração do turismo. Essa estrada, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, sendo realizada, não apenas dará esses sentidos que já enumeramos, mas, também, propiciará a verdadeira integração e permanência do homem no interior, naquele norte do Espírito Santo que nós sempre chamamos de o Nordeste sem SUDENE, que só tem servido de passarela para grandes campanhas e grandes discursos em épocas eleitorais. Na verdade, já há a parte tomada por Minas e a parte tomada pela Bahia, que nos deve 13 km abaixo do rio Mucuri, porque a História sempre foi categórica para dizer que o limite ao Norte era o rio Mucuri e não 13 km abaixo do rio Mucuri. E também na região confrontante com Minas Gerais, naquela famosa área do contestado, grandes foram os prejuízos que tomou o Estado. Mas, como se trata de integração nacional, o Espírito Santo se vê compelido a aceitar a decisão de acordo forçado que houve naquela época.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a pavimentação dessa rodovia significa, além desses motivos, também a permanência do homem no interior, porque foi essa região a mais atingida durante a catastrófica, maléfica e maldita erradicação dos nossos cafezais, quando mais de 150 mil residentes na região Norte do Estado se viam nas estradas sem saber para onde ir e o que fazer. E nós, na época, que éramos prefeito do município de Nova Venécia, sentimos na carne a dor, a lágrima e o sofrimento daquele povo, sem um plano para o aproveitamento daquelas terras erradicadas. Portanto, é preciso, então, que além de todos esses motivos, também se dê um motivo para a fixação do homem integrando o Norte do Espírito Santo, esse Estado, como já disse aqui, num pronunciamento an-

terior, que não tinha pai e nem tinha mãe. Felizmente, foi feito o registro em cartório pelo Presidente Ernesto Geisel. Mas, esperamos a sua legitimação e a continuidade do seu crescimento e a sua formação pelo Governo honrado e digno do Presidente João Baptista Figueiredo.

Fica feito o apelo ao Ministro Eliseu Resende, para colocar no plano prioritário o asfaltamento da BR—381. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Não há mais oradores inscritos para breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste Plenário, destinada à apreciação das Propostas de Emenda à Constituição nºs 27, de 1978, que altera a redação do parágrafo 3º do artigo 1º da Constituição, e 28, de 1978, que acrescenta parágrafos ao art. 3º e altera a redação do *caput* do art. 9º e dos parágrafos do art. 17 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 1978, que altera a redação do nº IV do art. 99 da Constituição Federal, tendo

PARECER, sob nº 25, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Em votação.

A proposta de emenda à Constituição exige *quorum* qualificado para deliberação. Sendo evidente a falta de número, em plenário, a votação da matéria fica adiada para outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 50 minutos.*)

TRÂNSITO

Legislação atualizada.

**Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento
(atualizados)**

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto de uso.

“Revista de Informação Legislativa” nº 38

452 páginas

Preço: Cr\$ 25,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo II)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

- Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);
- Código Eleitoral (e suas alterações);
- Sublegendas;
- Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);
- Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);
- Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;
- Resolução do Tribunal de Contas da União
(prestação de contas dos partidos políticos);
- Lei do transporte gratuito em dias de eleição
(Lei nº 6.091, de 15-8-1974).

Edição: Setembro de 1974

340 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

SUPLEMENTO 1976

(com adendo de maio de 1978)

Preço: Cr\$ 20,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo II)

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.**

PROCESSO LEGISLATIVO

Conceito, iniciativa e tramitação
das normas legais de diversas hierarquias, de acordo com os
preceitos constitucionais e regimentais.

2ª EDIÇÃO: JUNHO DE 1976



PREÇO:
Cr\$ 15,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 1,00